

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.801.769 - CE (2019/0069170-6)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**  
**RECORRIDO : FRANCISCO EVERTON DA SILVA FERNANDES**  
**ADVOGADOS : FRANCISCO LAECIO DE AGUIAR FILHO E OUTRO(S) - CE023633**  
**DIEGO DE FREITAS RIBEIRO - CE029161**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA, com fulcro na alínea “a” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ fl. 144):

ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. TRANSPORTE DE LENHA. DISCREPÂNCIA COM A NOTA FISCAL APRESENTADA. RETENÇÃO DE VEÍCULO CUJA PROPRIEDADE EM SI NÃO CONSTITUI ILÍCITO. MULTA. MEIO COERCITIVO PARA RECEBIMENTO DO CRÉDITO. LIBERAÇÃO. FIEL DEPOSITÁRIO.

I - Remessa oficial de sentença que concedeu parcialmente a segurança, confirmando a liminar, no sentido de assegurar ao impetrante a condição de depositário fiel do caminhão, com esteio nos artigos 105 e 106 do Decreto n. 6.514/2008.

II - Sendo a apreensão de veículo, e não apenas da madeira, um meio coercitivo de cobrança de multa aplicada, posto que a Fazenda Pública dispõe de outros meios legais para recebimento de seus créditos, a mesma não deve prosperar no caso dos autos, uma vez que o veículo apreendido não se destina única e exclusivamente a causar danos ao meio ambiente, mas, ao revés, apresenta-se como bem do patrimônio do impetrante/recorrido e instrumento de operacionalização/ concretização da sua atividade de frete.

III - Precedentes desta Quarta Turma: APELREEX27554/CE, Relator: Desembargador Federal Emiliano Zapata Leitão (Convocado), DJE 26/07/2013; AC557651/RN, Relator: Desembargador Federal Bruno Teixeira (Convocado), DJE 06/06/2013.

IV - Remessa oficial improvida.

Embargos de declaração rejeitados, em julgamento assim sumariado (e-STJ fl. 172):

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. TRANSPORTE DE LENHA. RETENÇÃO DE VEÍCULO. FIEL DEPOSITÁRIO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. REABERTURA DE DISCUSSÃO ACERCA DE MATÉRIA JÁ ANALISADA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE.

1. Não é possível, em sede de embargos declaratórios, reabrir discussão acerca de questão já debatida e decidida.

2. O Código de Processo Civil, em seu artigo 535, condiciona o cabimento dos embargos de declaração à existência de omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, não se prestando este recurso à

# Superior Tribunal de Justiça

repetição de argumentação contra o julgamento de mérito da causa.

3. O acórdão foi claro: "Sendo a apreensão de veículo, e não apenas da madeira, um meio coercitivo de cobrança de multa aplicada, posto que a Fazenda Pública dispõe de outros meios legais para recebimento de seus créditos, a mesma não deve prosperar no caso dos autos, uma vez que o veículo apreendido não se destina única e exclusivamente a causar danos ao meio ambiente, mas, ao revés, apresenta-se como bem do patrimônio do impetrante/recorrido e instrumento de operacionalização/concretização da sua atividade de frete."

4. Embargos de declaração improvidos.

Nas suas razões, a parte recorrente aponta violação dos arts. 3º, IV, 47, § 1º, 105, 106, II e 134, V, do Decreto 6.514/2008, dos arts. 25, *caput*, 46, parágrafo único, e 72, IV, da Lei 9.605/98. Para tanto, argumenta a necessidade de revogação da decisão que liberou o veículo apreendido.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 198).

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 225/226).

Em parecer (e-STJ fls. 242/246), o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2 do Plenário do STJ).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

Com efeito, no caso concreto, o Tribunal de origem manteve a sentença e afirmou que não ficou comprovada a utilização do veículo apreendido com o fim específico e exclusivo para cometimento de crime ambiental e, por isso, o confiou ao recorrido, na qualidade de depositário fiel, nos termos do Decreto 6.514/2008.

Vejamos trecho esclarecedor do acórdão combatido (e-STJ fls. 140/141):

De fato, pelo tipo de ilícito ambiental descrito no Auto de Infração (transporte de lenha nativa da caatinga - Pau branco e Marmeleiro -, em desacordo com a nota fiscal apresentada), temos que o veículo apreendido não representa ameaça à recuperação ambiental ou à garantia do resultado prático do processo administrativo, bem como, temos que não foram apresentados elementos que configurassem uma possível reiteração da conduta criminosa por parte do impetrante.

Como bem ressaltou o MM. Juiz "a quo", a Administração não demonstrou, de maneira inequívoca, risco de cometimento de novas infrações caso

determinada a liberação do bem.

Ademais, destaco que, na hipótese em tela, a referida apreensão apenas acarretará prejuízos graves à parte recorrida, afetando ao sustento seu e de sua família, uma vez que o caminhão apreendido é utilizado como instrumento para operacionalização/concretização das atividades de fazer fretes desempenhada pelo impetrante.

A sanção em exame, com efeito, não tem por escopo punir o proprietário do veículo ou do meio de transporte utilizado, mas sim o infrator, presumindo que, incorrendo a apreensão, permanecerá na posse do transgressor, que poderá continuar a utilizá-lo para fins ilícitos.

Por oportuno, destaco que, nos termos do artigo 46, parágrafo único, do Decreto nº 6.514/08 incorre nas mesmas penas do do mesmo dispositivo (detenção, de seis meses a um ano, e multa) quem vende, caput expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.

De modo que concordo com o entendimento de que a apreensão de veículo, e não apenas da madeira, consubstancia-se em meio coercitivo de cobrança da multa aplicada, quando a Fazenda Pública dispõe de outros meios legais para recebimento de seus créditos, a mesma não deve prosperar no caso dos autos.

Como se vê, em face das premissas fáticas assentadas no acórdão objurgado, a modificação do entendimento firmado pelas instâncias ordinárias no sentido do preenchimento dos requisitos para a liberação do veículo e a constituição de depositário fiel demandaria, indubitavelmente, o reexame de todo material cognitivo produzido nos autos, desiderato incompatível com a via especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO SUBMETIDO AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. MANDADO DE SEGURANÇA. LIBERAÇÃO DE VEÍCULO UTILIZADO EM TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE USO REITERADO NA PRÁTICA DE INFRAÇÃO AMBIENTAL.

1. O presente recurso decorre de mandado de segurança objetivando a liberação de veículo utilizado em transporte de madeira realizado à margem das disposições legais.
2. O Tribunal de origem decidiu em favor do proprietário sob o entendimento de que não foi comprovada a utilização do veículo de forma reiterada e exclusiva na prática de infração ambiental.
3. Não há como acolher entendimento diverso defendido pelo IBAMA, pois seria necessária a revisão do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pelo teor da Súmula 7/STJ.
4. Na mesma linha de consideração, citam-se: AgInt no REsp 1688450/AC, Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 10/11/2017; REsp 1570346/PR, Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 18/04/2017.
5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.144.175/PA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 11/12/2018).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IBAMA. TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA. APREENSÃO DO VEÍCULO.

# Superior Tribunal de Justiça

LIBERAÇÃO, COM NOMEAÇÃO DO PROPRIETÁRIO COMO FIEL DEPOSITÁRIO. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO FÁTICO DA CAUSA, CONCLUIU PELA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO RISCO DE COMETIMENTO DE NOVAS INFRAÇÕES. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança, impetrado pela parte agravada contra ato do Gerente Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA em Sobral/CE, objetivando a sua nomeação como fiel depositário de seu veículo, apreendido por suposta prática de infração ambiental. O Tribunal de origem manteve a sentença, que concedera a segurança.

II. Considerando a fundamentação adotada na origem - no sentido de que "a Administração não demonstrou, de maneira inequívoca, risco de cometimento de novas infrações caso determinada a liberação do bem" - o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte. Nesse sentido, em casos análogos: STJ, AgRg no AREsp 452. 815/PA, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 1º/12/2014; STJ, AgInt no AREsp 1. 196. 084/RO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/08/2018.

III. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1.327.309/CE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 11/10/2018).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA OBJETIVANDO A LIBERAÇÃO DE VEÍCULOS APREENDIDOS. TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 2º, 25, § 4º. E 72, IV DA LEI 9.605/1998. PARA CONCEDER A LIBERAÇÃO, A CORTE REGIONAL ENTENDEU COM BASE NOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS QUE O VEÍCULO APREENDIDO NÃO ERA UTILIZADO EXCLUSIVAMENTE PARA FINS ILÍCITOS. ENTENDIMENTO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES STJ. PRECEDENTES: AGRG NO ARESP 455.159/RO, REL. MIN. DIVA MALERBI, DJE 12.2.2016 E RESP 1.436.070/RO, REL. MIN. HUMBERTO MARTINS, DJE 16.11.2015, DENTRE OUTROS. AGRAVO REGIMENTAL DO IBAMA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, decidindo-a forte nos elementos fático-probatórios dos autos, de modo que o acolhimento das alegações deduzidas pelo IBAMA demandaria a proscrição incursão neste acervo processual, através desta seara recursal.

2. No mérito, verifica-se que o acórdão regional está em harmonia para com a jurisprudência deste STJ. Precedentes: AgRg no AREsp. 455.159/RO, Rel. Min. DIVA MALERBI, DJe 12.2.2016 e REsp. 1.436.070/RO, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 16.11.2015, dentre outros.

3. Agravo Regimental do IBAMA a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 519.863/AP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 04/12/2017).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA  
Relator

